

PROTOCOLO

Considerando que:

No dia 19 de julho de 2016 o Ministério da Justiça e a Comunidade Intermunicipal do Oeste celebraram entre si um Protocolo para a criação e instalação do Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 41/2017, de 5 de abril procede à criação do Julgado de Paz do Oeste, extinguindo o Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos.

A Portaria n.º 187/2017, de 1 de junho procede à instalação do Julgado de Paz do Oeste e aprova o seu regulamento interno.

Da interpretação conjugada das disposições do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41/2017, de 5 de abril, do n.º 4 da cláusula sexta do supra mencionado Protocolo e do n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento Interno do Julgado de Paz do Oeste, aprovado pela Portaria n.º 187/2017, de 1 de junho, resulta que o período de funcionamento, bem como o lugar da sede do Julgado de Paz e de cada uma das delegações locais são definidos por acordo entre o serviço do Ministério da Justiça organicamente responsável pela promoção dos julgados de paz e a Comunidade Intermunicipal do Oeste, ouvido o Conselho dos Julgados de Paz, podendo ser alterados pela mesma forma.

Impõe-se, em qualquer caso, que quer aos mencionados períodos de funcionamento, quer aos lugares da sede e delegações locais do Julgado de Paz do Oeste seja assegurada adequada publicitação, para que se garanta o seu conhecimento por todos aqueles que possam vir a beneficiar dos serviços prestados pelo mencionado Tribunal.

Assim:

A Direção-Geral da Política de Justiça, aqui representada pela Senhora Diretora-Geral da Política de Justiça, Professora Doutora Susana Antas Videira e a Comunidade Intermunicipal do Oeste, aqui representada pelo respetivo Presidente do Conselho Intermunicipal, Exmo. Senhor Dr. Pedro Miguel Ferreira Folgado, celebram o presente Protocolo, para a definição

dos períodos de funcionamento e lugar da sede e delegações locais do Julgado de Paz do Oeste, o que fazem nos seguintes termos:

Cláusula Primeira

Lugar da sede e delegações do Julgado de Paz

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41/2017, de 5 de abril, e do n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento Interno do Julgado de Paz do Oeste, aprovado pela Portaria n.º 187/2017, de 1 de junho, definem-se os seguintes lugares da sede e delegações locais do Julgado de Paz do Oeste:

- a) A sede do Julgado de Paz fica situada na Praça do Município, n.º 2, 1.º andar 2540-001, no município de Bombarral;
- b) A delegação local do município de Alcobaça fica situada na Escola Adães Bermudes, Rua Afonso de Albuquerque, n.º 24, 2060-020, em Alcobaça;
- c) A delegação local do município de Alenquer fica situada na Praça Luís de Camões, 2580-318, em Alenquer;
- d) A delegação local do município de Arruda dos Vinhos fica situada na Loja do Cidadão, Rua Heróis do Ultramar, 2630-243, em Arruda dos Vinhos;
- e) A delegação local do município de Cadaval fica situada no Edifício dos Paços do Concelho, Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2250-103, em Cadaval;
- f) A delegação local do município de Caldas da Rainha fica situada no Edifício dos Paços do Concelho, Praça 25 de Abril, 2500-110, em Caldas da Rainha;
- g) A delegação local do município de Lourinhã fica situada na Travessa Dr.ª Ana Jorge, n.º 1F R/C Esq. Bloco B, 2530-128, em Lourinhã;
- h) A delegação local do município de Nazaré fica situada na Rua José Jordão Varela, S/N 2450 – 400, Valado dos Frades, em Nazaré;
- i) A delegação local do município de Óbidos fica situada na Rua dos Arrifes, n.º 3, 2510-406, em Óbidos;



j) A delegação local do município de Peniche fica situada no Edifício da Parreirinha, Travessa dos Marianes, S/N, 2520 – 239, em Peniche;

k) A delegação local do município de Sobral de Monte Agraço fica situada na Rua 20 de outubro, n.º 8, 2590-089, em Sobral de Monte Agraço;

l) A delegação local do município de Torres Vedras fica situada na Câmara Municipal de Torres Vedras, Edifício Multisserviços, na Avenida 5 de Outubro, 2560 – 270, em Torres Vedras.

Cláusula Segunda

Horários de funcionamento

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41/2017, de 5 de abril e do n.º 4 da cláusula sexta do Protocolo para a criação e instalação do Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste, celebrado em 19 de julho de 2016 entre o Ministério da Justiça e esta Comunidade, definem-se os seguintes horários de funcionamento para a sede e delegações locais do Julgado de Paz do Oeste:

- a) O horário de funcionamento da sede do julgado de Paz é das 9 às 13 horas e das 14 às 17 horas, de segunda-feira a sexta-feira;
- b) O horário de funcionamento da delegação local do município de Alcobaça é das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 17 horas e 30 minutos, à segunda-feira e à terça-feira;
- c) O horário de funcionamento da delegação local do município de Alenquer é das 9 horas e trinta minutos às 13 horas à segunda-feira e à quarta-feira, e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, à terça-feira, quinta-feira e sexta-feira;
- d) O horário de funcionamento da delegação local do município de Arruda dos Vinhos é das 13 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos à segunda-feira, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos à quarta-feira e das 9 horas às 12 horas e 30 minutos à sexta-feira;
- e) O horário de funcionamento da delegação local do município de Cadaval é das 8 horas e 30 minutos às 16 horas, à segunda-feira e à sexta-feira;
- f) O horário de funcionamento da delegação local do município de Caldas da Rainha é das 9 horas às 12 horas e 30 minutos, de segunda-feira a quinta-feira;

- g) O horário de funcionamento da delegação local do município de Lourinhã é das 9 horas às 12 horas e 30 minutos, de segunda-feira a quinta-feira;
- h) O horário de funcionamento da delegação local do município de Nazaré é das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, à segunda-feira e à quarta-feira;
- i) O horário de funcionamento da delegação local do município de Óbidos é das 8 horas às 12 horas, de segunda-feira a quinta-feira;
- j) O horário de funcionamento da delegação local do município de Peniche é das 9 horas às 13 horas e das 14 horas às 17 horas, à segunda-feira e à sexta-feira;
- k) O horário de funcionamento da delegação local do município de Sobral de Monte Agraço é das 10 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, à terça-feira e à sexta-feira;
- l) O horário de funcionamento da delegação local do município de Torres Vedras é das 9 horas às 17 horas, à segunda-feira e à terça-feira.

Cláusula Terceira

Publicidade

A Comunidade Intermunicipal do Oeste obriga-se a assegurar a publicitação dos lugares e horários de funcionamento da sede e delegações locais do Julgado de Paz do Oeste junto dos seus potenciais utilizadores, recorrendo para o efeito aos meios que se afigurarem mais adequados e eficazes, designadamente mediante afixação nos locais da sede e delegações do Julgado de Paz e nas páginas de internet dos municípios que a integram.

Cláusula Quarta

Vigência

1. O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo suscetível de renovação automática por iguais períodos de tempo.

2. As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo ou respetivas renovações.

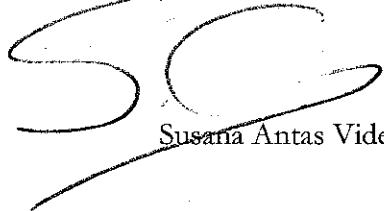
Cláusula Quinta

Revisão

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstância, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efetivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pela Direção-Geral da Política de Justiça.

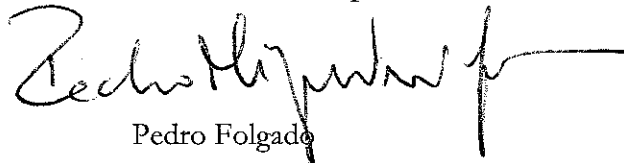
Feito em duplicado, Bombarral, 6 de junho de dois mil e dezassete.

Pela Direção-Geral da Política de Justiça



Susana Antas Videira

Pela Comunidade Intermunicipal do Oeste



Pedro Folgado